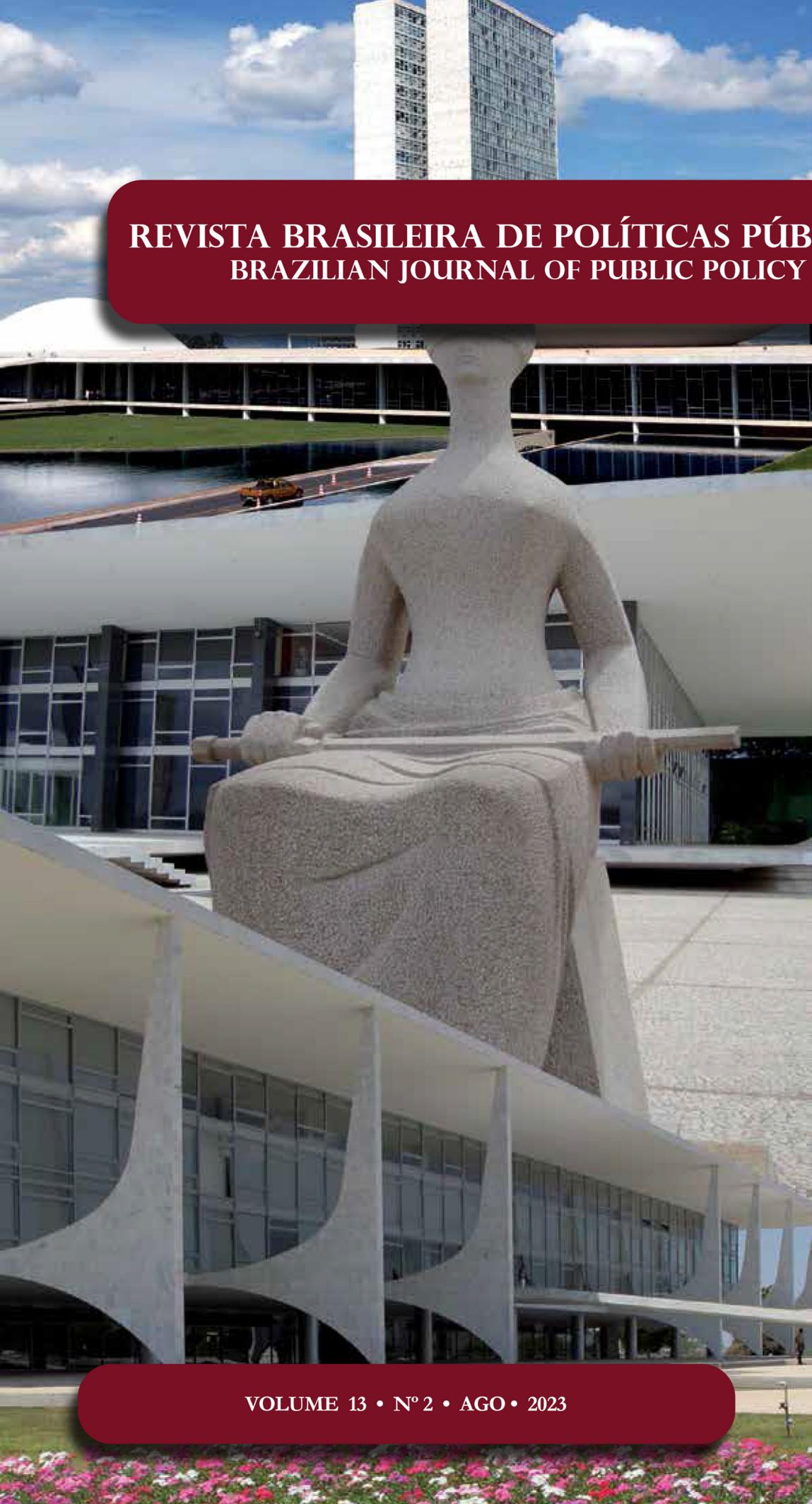


The logo for CEUB (Centro Universitário de Brasília) features the letters 'CEUB' in a bold, white, sans-serif font. The letter 'B' is stylized with a vertical line through its center, resembling a Greek letter beta.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2236-1677

The cover image shows a large, modern, white building with a prominent, abstract, seated female figure sculpture in the foreground. The building has a curved facade and large windows. In the background, a tall, rectangular tower rises against a blue sky with scattered white clouds. The foreground is filled with a bed of pink and white flowers.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

Políticas públicas brasileira de exportação voltadas à indústria moveleira: o aglomerado de Arapongas

Brazilian public export policies aimed at the furniture industry: the Arapongas cluster

Marcelo Vargas

Walter Tadahiro Shima

VOLUME 13 • Nº 2 • AGO • 2023

Sumário

I. POLÍTICAS PÚBLICAS, POBREZA E DESIGUALDADE	18
CHINA’S AID POLICY APPROACH TO POVERTY ALLEVIATION IN THE RECIPIENT COUNTRY: A CASE STUDY OF THE REPUBLIC OF GUINEA	20
Ansoumane Douty Diakite	
OS INDICADORES SOCIAIS NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	52
Bruno Cazeiro Astolfi, Eduardo Matheus Figueira, José Antônio da Silveira Junior e Daniel Teotônio do Nascimento	
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL E A RENDA BÁSICA UNIVERSAL NO CONTEXTO DA (PÓS)PANDEMIA DA COVID-19	74
Amanda Karolini Burg, Nelson Nogueira Amorim Filho e Francisco Quintanilha Vêras Neto	
A DIFERENCIAÇÃO FUNCIONAL DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E AS ESTRUTURAS DE DESIGUALDADE SOCIAL: CRÍTICA ÀS PRÁTICAS DE EXCLUSÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA JUSTIÇA CRIMINAL.....	92
Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e José Francisco Dias da Costa Lyra	
II. POLÍTICAS PÚBLICAS, INDÚSTRIA E FINANÇAS	113
ACCOUNTING INFORMATION SYSTEMS AND FINANCIAL CRISES: INSIGHTS INTO LOCAL GOVERNMENTS.....	115
Mahmoud Hany M. Dalloul, Zuraeda binti Ibrahim e Sharina Tajul Urus	
LA REGULACIÓN CONTABLE SOBRE LOS ACTIVOS DE INFRAESTRUCTURA EN LATINOAMÉRICA....	152
Michael Andrés Díaz Jiménez e Mauricio Gómez Villegas	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DIREITO AO TRABALHO NA INDÚSTRIA 4.0: UM MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS BRASILEIRAS.....	172
Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualetto	
POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRA DE EXPORTAÇÃO VOLTADAS À INDÚSTRIA MOVELEIRA: O AGLOMERADO DE ARAPONGAS	201
Marcelo Vargas e Walter Tadahiro Shima	
III. POLÍTICAS PÚBLICAS EM MEIO AMBIENTE	219
EL PAPEL DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN LA SOSTENIBILIDAD DE LA AVIACIÓN	221
Oscar Díaz Olariaga	

LEGAL STATUS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT PRINCIPLES AND CLIMATE CHANGE RESPONSIBILITIES UNDER THE PARIS AGREEMENT	245
Lupwana Jean Jacques Kandala	
CONTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS BRASILEIRAS PARA O CUMPRIMENTO DA META 11 DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A BIODIVERSIDADE 2011-2020	261
Gabriela Barreto de Oliveira, Nicássia Feliciano Novôa e Geraldo Majela Moraes Salvio	
A POLÍTICA PERMISSIVA BRASILEIRA AOS AGROTÓXICOS E SUAS REPERCUSSÕES PARA A SADI A QUALIDADE DE VIDA: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DE AGROVENENOS	299
Andreza Aparecida Franco Câmara e Juliana Freitas Mendes	
IV. POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE	318
MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS IMPLEMENTADAS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PARA ABORDAR A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESCOPO	320
Sueli Miyuki Yamauti, Jorge Otavio Maia Barreto, Silvio Barberato Filho e Luciane Cruz Lopes	
PROMOÇÃO DA SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CONEXÕES E DIGRESSÕES ..	363
Gildiney Penaves Alencar, Richard Nicolas Marques Caput, Elton Pereira de Melo, Vanderlei Porto Pinto e Junior Vagner Pereira da Silva	
DESIGUALDADES EN EL ACCESO A LA SALUD EN RÍO NEGRO COMO “NORMALIDAD” PRE PANDÉMICA	387
Soledad A Pérez e Mónica Serena Perner	
V. POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	401
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E A PRESENÇA DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA À LUZ DAS MAISONS FAMILIALES RURALES	403
Juliana Silva da Rocha Nickel e João Pedro Schmidt	
INVESTIGACIÓN BASADA EN PROBLEMAS: UNA APROXIMACIÓN A PARTIR DEL CASO DE LA FORMACIÓN JUDICIAL INICIAL	426
Alexander Restrepo Ramírez, Jean Carlo Mejía Azuero e Nesly Edilma Rey Cruz	
VI. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	442
COMPLIANCE 2030: AS TRÊS DIMENSÕES DE UM NOVO PARADIGMA DO COMPLIANCE E O SEU DESENHO TEÓRICO, NORMATIVO E OPERACIONAL PARA O SETOR PÚBLICO	444
Mártin Haeblerlin, Alexandre Pasqualini e Tarsila Rorato Crusiu	
DESIGN DE SISTEMAS DE DIÁLOGOS E DE DISPUTAS: UMA FORMA DE PREVENÇÃO, GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O NOVO MUNDO	467
Ísis Boll de Araujo Bastos e Maíra Lopes de Castro	

O PLANEJAMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E A APLICABILIDADE DE SEUS INSTRUMENTOS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS	486
Paulo Afonso Cavichioli Carmona e Marcos André Alamy	
VII. POLÍTICAS PÚBLICAS, JUSTIÇA E FORMAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	500
ADVOCACY: ORGANIZAR E IRRITAR- ESTUDO DE CASO DA ORGANIZAÇÃO CONECTAS	502
Caio Augusto Guimarães de Oliveira, Fernanda Busanello Ferreira e Ulisses Pereira Terto Neto	
RESOLVING DISPUTES WITH HEALING EFFECT: THE PRACTICE OF MEDIATION IN INDIA	532
Anirban Chakraborty e Shuvro Prosun Sarker	
HÁ ACCOUNTABILITY NAS POLÍTICAS DE INCENTIVO À CONCILIAÇÃO PROMOVIDAS PELO CNJ? A PERSPECTIVA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	552
Mariana Cesto e Lourival Barão Marques Filho	
VIII. POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA PENAL	573
O ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL: ENTRE A CRIMINALIZAÇÃO E O ENFOQUE EM DIREITOS HUMANOS	575
Verônica Maria Teresi e Gilberto Marcos Antonio Rodrigues	
DROGAS E VIOLÊNCIA: DA CRIMINALIZAÇÃO DE COMPORTAMENTOS SEM VÍTIMAS ÀS VÍTIMAS DO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO	596
Airto Chaves Junior e Thiago Aguiar de Pádua	
ESTUPRO, CONJUGALIDADE E SUBALTERNIDADE DA MULHER NO BRASIL: UMA RELAÇÃO DE (TRÊS) PODER(ES)	620
Jackeline Caixeta Santana e Rosa Maria Zaia Borges	
ESTATUTO DO DESARMAMENTO TORNA-SE DE ARMAMENTO: ARMA DE FOGO NÃO GARANTE SEGURANÇA, A VIOLÊNCIA ESTÁ NO INDIVÍDUO.....	653
Joice Cristina de Paula, Patrícia Peres de Oliveira, Selma Maria Fonseca Viegas e Edilene Aparecida Araújo da Silveira	
IX. TEMAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL	666
O CONSTITUCIONALISMO FORTE DA AMÉRICA LATINA.....	668
Anizio Pires Gavião Filho e Lucas Moreschi Paulo	
O MODELO DE FINANCIAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: IMPACTOS SOBRE A DEMOCRACIA INTRAPARTIDÁRIA	689
Matheus Vequi e Clovis Demarchi	

Políticas públicas brasileira de exportação voltadas à indústria moveleira: o aglomerado de Arapongas*

Brazilian public export policies aimed at the furniture industry: the Arapongas cluster

Marcelo Vargas**

Walter Tadahiro Shima***

Resumo

A ação do governo, utilizando de suas políticas, pode contribuir e estimular o desenvolvimento de setores. Ao longo dos últimos 25 anos, foram poucas as políticas públicas direcionadas à indústria moveleira. Porém, dois programas governamentais chamam a atenção no que diz respeito ao incentivo às exportações desse setor. O objetivo deste estudo é mostrar os resultados de análises da influência desses dois programas referentes às exportações da indústria moveleira, principalmente, aquelas ocorridas no aglomerado de Arapongas. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre políticas industriais, setoriais e, especialmente, de exportações moveleiras. Para além desta, realizou-se um estudo de campo efetuando-se entrevistas com onze diretores/proprietários de firmas de móveis a fim de compreender suas percepções quanto à influência dessas políticas públicas e os fatores que afetam suas exportações. Como resultados, observou-se tanto um crescimento no volume de exportações para os países selecionados pelos dois programas quanto a inclusão de alguns estados nas vendas internacionais de móveis; enquanto outros tiveram um aumento nas exportações. Contudo, as duas políticas não são vistas pelas onze firmas entrevistadas como fatores que influenciam suas exportações. Logo, constatou-se que os programas afetaram as exportações da indústria, mas não foram suficientes para manter um processo contínuo de crescimento. Apesar do direcionamento dessas políticas, as exportações também recebem influência do mercado externo, da taxa de câmbio e de outros fatores, situações não analisadas neste artigo. Assim, este estudo é um instrumento de pesquisa e orientação para futuros trabalhos, tanto para a indústria moveleira quanto para as demais.

Palavras-chave: política industrial; política setorial; exportação; indústria moveleira; Arapongas.

Abstract

Government action, using its policies, can contribute to and stimulate the development of sectors. Over the last 25 years, there have been few public policies directed at the furniture industry. However, two government programs draw attention with regard to the incentive to exports in this sector.

* Recebido em: 26/05/2022

Aprovado em: 19/08/2022

** Professor do Colegiado de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus de Apucarana. Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: marcelo.vargas@unespar.edu.br.

*** Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPR. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: waltershima@ufpr.br.

The objective of this study is precisely to show the results of the analysis of the influence of these two programs on the furniture industry exports, especially those that occurred in the Arapongas cluster. To this end, bibliographic research on industrial policies, sectors, and, especially, furniture exports was carried out. In addition to this, a field study was carried out by interviewing eleven directors/owners of these furniture companies in order to understand their perceptions regarding the influence of these public policies and the factors that affect their exports. As result, we observed both an increase in the volume of exports to the countries selected by the two programs and the inclusion of some states in the international sales of furniture, while others had an increase in exports. However, the two policies are not seen by the eleven interviewed firms as factors that have influenced their exports. Therefore, it was found that the programs affected the industry's exports, but were not enough to maintain a continuous growth process. Despite the direction of these policies, exports are also influenced by the foreign market, the exchange rate, and other factors, situations not analyzed in this article. Thus, this study is a research tool and an orientation for future works, both for the furniture industry and for others.

Keywords: industrial policy; sectoral policy; export; furniture industry; Arapongas.

1 Introdução

O governo é um importante agente que tem utilizado de políticas para contribuir e estimular o desenvolvimento de indústrias e setores. Para isto, utiliza-se de política industrial que é um conjunto de ações sistêmicas entre o Estado, setor privado e sociedade civil. Tal política busca alterar a realidade produtiva nacional visando ao desenvolvimento econômico e social¹. Ou seja, é uma política direcionada ao fomento do setor produtivo e ao incremento da competitividade nacional. Assim, certas atividades industriais necessitam de uma alavancagem governamental, pois são importantes para a economia, gerando emprego, renda, consumo, entre outros².

Conforme Almeida³, as políticas industriais utilizam de medidas horizontais, isto é, são voltadas para a economia como um todo, de modo permanente e não especificando setores. Por outro lado, segundo o autor, também há políticas setoriais que usam de instrumentos verticais, as quais têm objetivos específicos, com ações temporárias e incentivos concedidos bem definidos, tornando-as um caso particular de política industrial. A escolha de uma política industrial abrangente ou setorial gera resultados distintos, podendo alavancar mais algumas indústrias do que outras.

Desse modo, a influência do governo está ligada às suas competências. Em nível federal, ele exerce o papel pleno, formulando e executando políticas com todos os recursos disponíveis (financeiros, legais, entre outros). Em nível estadual auxilia o governo federal, tendo menor competência. E, em nível municipal contribui com os governos federal e estadual por meio de alguns mecanismos para realizar políticas, tendo competência menor do que o estado. Segundo Secchi⁴, as políticas públicas têm diretrizes estruturantes que visam a um nível estratégico, acontecendo na competência federal, e diretrizes de nível intermediário e operacional, ocorrendo por meio da análise de programas, planos e políticas públicas municipais, regionais, estaduais e intraorganizacionais.

¹ GADELHA, Carlos Augusto Grabois. Política industrial, desenvolvimento e os grandes desafios nacionais. In: LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; LAPLANE, Gabriela; SARTI, Fernando. (org.). *O futuro do desenvolvimento: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho*. Campinas, SP: UNICAMP, 2016. p. 233-270.

² SCHAPIRO, Mario Gomes. Política industrial, direito e desenvolvimento: razões econômicas, experiências institucionais e racionalidades regulatórias. In: SCHAPIRO, Mario Gomes (coord.). *Direito econômico regulatório*. São Paulo: Saraiva, 2010.

³ ALMEIDA, Julio Gomes de. *A política de desenvolvimento industrial: o que é e o que representa para o Brasil*. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI, 2002.

⁴ SECCHI, Leonardo. Introdução: percebendo as políticas públicas. In: SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. p. 1-21.

Neste artigo, delimitou-se o estudo em nível federal, pois buscou-se verificar diretrizes estratégicas da indústria moveleira. A escolha por esse nível justifica-se em virtude dessa indústria apresentar características tradicionais de produção e ter uso intensivo de mão de obra. Ademais, ao longo dos últimos 25 anos, o governo federal tem utilizado poucas políticas setoriais direcionadas a essa indústria, como incentivo às exportações, sustentabilidade das firmas, arranjos produtivos e promoção de investimentos. Assim, a escolha pelas exportações ocorreu em função da importância que o aglomerado representou para as exportações moveleiras brasileiras em 2020 (7,80%⁵). Ainda, a definição pelo período de 25 anos ocorreu em razão dos dados de exportação estarem disponíveis, apenas, a partir de 1997 e ao primeiro programa de incremento às exportações de móveis ter sido criado em 1998.

Desse modo, optou-se, neste artigo, por estudar o aglomerado moveleiro de Arapongas, haja vista ser o principal do estado do Paraná e ser uma concentração que, em 2019, estava classificada em terceiro lugar no Brasil⁶ quanto ao número de firmas de móveis (3,33%), pessoal ocupado nessa indústria (8,79%) e números de peças produzidas (8,61%)⁷. Além disso, o aglomerado moveleiro tem atraído o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, pois observa-se que há estudos disponíveis que têm procurado analisar as características dessa indústria, como abordagens estruturais, análise de qualidade, *design*, gestão empresarial, mão de obra, matriz insumo-produto, métodos de custeio, resíduos, sustentabilidade, entre outros. Porém, existe uma escassez de trabalhos sobre políticas públicas voltadas a essa indústria, especialmente quanto às exportações.

Assim, o problema que este artigo procurou responder foi: “as políticas públicas de exportações voltadas à indústria moveleira influenciaram o comércio internacional, especialmente as firmas do aglomerado de Arapongas?” Dentre as possibilidades, destaca-se o aumento das exportações para os países selecionados pelos programas. Além disso, as políticas podem estar incluindo ou elevando as exportações de móveis dos estados brasileiros, principalmente da concentração de Arapongas.

Diante disso, o objetivo foi analisar o impacto das políticas públicas de exportação direcionadas a indústria de móveis, em especial de Arapongas. Para isto, apresentou-se o embasamento teórico sobre políticas industriais e setoriais, e destacaram-se dois programas de incentivos às exportações, demonstrando seus resultados por meio de um gráfico e duas tabelas. Por fim, realizou-se um estudo de campo, com onze firmas de móveis, buscando-se trazer a visão destas sobre a influências das políticas públicas e os fatores que contribuem com suas exportações.

2 Políticas públicas de incentivo à indústria

De maneira conceitual, a atuação e articulação do governo quanto às políticas públicas industrial e setorial apresentam alguns objetivos e abrangências. Segundo Kupfer⁸, as políticas industriais são praticadas pelos diversos países de forma diferente, tanto em termos da natureza quanto do grau de ativismo dos instrumentos utilizados. Tais políticas definem horizontes, prioridades e coordenação dos processos decisórios. A dimensão da política industrial está situada no conjunto das políticas públicas, em que o Governo atua influenciando a dinâmica da transformação qualitativa da estrutura industrial econômica do país⁹.

⁵ Adaptado de BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comex Stat. *Exportação e Importação Municípios*. Brasília, 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁶ A classificação de primeiro e segundo lugar foram obtidas respectivamente pelos polos moveleiros de Bento Gonçalves (RS) e Grande São Paulo (SP).

⁷ Adaptado de IEMI. *Brasil móveis 2020: Relatório setorial da indústria de móveis no Brasil*. São Paulo: IEMI, 2020. p. 15.

⁸ KUPFER, David. Política industrial. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 91-108, dez. 2003.

⁹ CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira; CARVALHO, Renata Balêixo da Silva Cutrim. Política industrial de inovações tecnológicas em um ambiente de competitividade sistêmica. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 3, n. 1, jan./jun. 2014.

Para Coronel, Azevedo e Campos¹⁰, essas políticas são dispositivos utilizados pelos governos com o objetivo de fomentar setores industriais e aumentar as taxas de desenvolvimento econômico. O intuito é colaborar com a ampliação da competitividade industrial e estimular o uso mais eficaz dos recursos naturais, propiciando o melhoramento de setores econômicos importantes para a propagação de tecnologias, geração de renda e crescimento dos níveis de emprego. Martins e Mendes¹¹ relatam que os países, especialmente os desenvolvidos, têm utilizado distintos conhecimentos institucionais de empregabilidade de políticas públicas. Normalmente, ocorrem combinações de medidas de incentivos e instrumentos regulatórios visando à alteração na destinação dos recursos industriais, impactando a estrutura e o desempenho dos setores. Para Schapiro¹², a política industrial é uma ferramenta de intervenção econômica do governo, cujo objetivo é alterar a realidade dos mercados. Assim, as medidas dessa política são utilizadas como mecanismo de coordenação das decisões alocativas privadas, alterando a condição econômica.

De acordo com Suzigan e Furtado¹³, as políticas industriais possibilitam diferentes visões sobre seus fundamentos teóricos, podendo ser reativas, restritas, ativas ou abrangentes. As reativas e restritas são especialmente direcionadas a reparar as imperfeições de mercado e não selecionar setores ou atividades. Por outro lado, as políticas ativas e abrangentes são voltadas a setores ou atividades industriais geradores de mudança tecnológica e/ou dirigida para o ambiente econômico e institucional de modo geral, determinando a evolução das estruturas de firmas, indústrias e da organização institucional.

Em vista disso, para Almeida¹⁴, os governos têm dificuldade em optar por uma política industrial voltada ao estímulo à inovação ou pragmática e multisetorial. Nesse sentido, Melo, Fucidji e Possas¹⁵ descrevem que uma política de inovação é um poderoso instrumento da política industrial que estimula e implementa mecanismos específicos para o desenvolvimento tecnológico. Para Sousa e Botelho¹⁶, a política industrial precisa utilizar de todos os recursos disponíveis, inclui-se as políticas setoriais, para criar e garantir um ambiente seletivo vantajoso para o desenvolvimento da estrutura produtiva.

Segundo Almeida¹⁷, o direcionamento para incentivar setores tem relação com as políticas setoriais, que podem ser identificadas como políticas industriais. Geralmente, o foco dessas políticas é em inovação, pesquisa e desenvolvimento por meio de incentivos direcionados, ou seja, selecionando setores e firmas. Chang¹⁸ relata que a questão não é se a política industrial deve ou não ser seletiva, mas quais setores devem ser selecionados. Ou seja, o Governo precisa entender que a política industrial sendo específica deve promover resultados eficientes para toda a economia.

Logo, a relação entre setor público e sociedade, por meio das políticas setoriais, possibilita o atendimento das necessidades da população. Com isso, as informações coletadas pelos gestores públicos, por meio das demandas sociais, ajudarão na utilização eficiente dos recursos públicos¹⁹.

¹⁰ CORONEL, Daniel Arruda; AZEVEDO, André Filipe Zago de; CAMPOS, Antônio Carlos. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 103-119, jan./mar. 2014.

¹¹ MARTINS, Michelle Márcia Viana; MENDES, Chrystian Soares. Eficiência das políticas de inovação nos setores industriais brasileiros: sugestões para a crise da COVID-19. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 143-167, abr. 2021.

¹² SCHAPIRO, Mario Gomes. *Ativismo estatal e industrialismo defensivo: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Discussão n. 1856.

¹³ SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política industrial e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr./jun. 2006.

¹⁴ ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Brasília: IPEA, 2009. Discussão n. 1452.

¹⁵ MELO, Tatiana Massaroli; FUCIDJI, José Ricardo; POSSAS, Mario Luiz. Política industrial como política de inovação: notas sobre hiato tecnológico, políticas, recursos e atividades inovativas no Brasil. *Revista Brasileira de Inovação*, Campinas, v. 14, n. esp., p. 11-36, jul. 2015.

¹⁶ SOUSA, Graciele de Fátima; BOTELHO, Marisa dos Reis A. Política industrial e evolução das exportações das empresas de pequeno porte brasileiras nos anos 2000. *Planejamento e políticas públicas*, Rio de Janeiro, n. 45, jul./dez. 2015.

¹⁷ ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Brasília: IPEA, 2009. Discussão n. 1452.

¹⁸ CHANG, Ha-Joon. The East Asian model of economic policy. In: CHANG, Ha-Joon. *The East Asian development experience: the miracle, the crisis and the future*. London: Zed Books, 2006. p. 13-68.

¹⁹ STIVAL, Daphne Domingues. *Política setorial de meio ambiente e o projeto cerrado sustentável no Estado de Goiás (2010-2014): uma*

Para Peres²⁰, as políticas setoriais, identificadas como políticas industriais, podem ser divididas em quatro grupos. Primeiro, são aquelas que foram desenvolvidas durante o período da substituição de importações e continuam sendo utilizadas para expandir e introduzir um determinado ramo de atividade. Ou seja, são políticas de promoção setorial com o objetivo de aumentar a competitividade de setores existentes e criar novos elos na cadeia de produção. Segundo, são políticas implantadas em alguns ramos de atividade, principalmente aqueles que desenvolvem tecnologias de informação e comunicação, que acabam sendo utilizadas como estratégicas em toda a economia. Isto é, fomentam a inovação e construção de setores dinâmicos, buscando estimular a inovação e a criação de campos de ação em atividades intensivas em tecnologia e/ou conhecimento. Terceiro, são políticas focadas em setores altamente concentrados e baseados em economias de escala e rede. Normalmente, são aqueles que foram privatizados e tiveram a criação de agências reguladoras para fiscalizá-los. Quarto, são políticas que visam apoiar aglomerações produtivas, principalmente, as formadas por pequenas e médias firmas. Isto é, promover aglomerações, especificamente, arranjos produtivos locais, com o objetivo de viabilizar a modernização e a competitividade das firmas.

Portanto, a política industrial pode ter um viés no direcionamento para incentivar setores, sendo o governo o agente responsável por formulá-las e implementá-las. No Brasil, sua atuação está dividida em três esferas (federal, estadual e municipal), as quais possuem diferentes competências. Na seção 4, serão apresentadas as políticas nacionais setorial direcionadas à indústria moveleira, que são de competência federal e focam nas exportações.

3 Materiais e métodos

Este estudo exploratório foi viabilizado por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre políticas industrial, setorial e nacional de exportação e uma pesquisa de campo referente à visão das firmas quanto às políticas públicas.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a apresentação do embasamento teórico que alicerça o estudo quanto às políticas industriais e o direcionamento para setores. Além disso, foi possível explicitar por meio desta pesquisa, a utilização dessas políticas para organizar a estrutura produtiva e estimular setores. Ademais, descreveram-se dois programas de incentivo às exportações moveleiras, realizados pelo governo nos últimos 25 anos. Como resultado desta pesquisa bibliográfica, demonstrou-se, por meio de um gráfico e duas tabelas, a evolução dos destinos das exportações brasileiras e o avanço dos estados no comércio internacional de móveis.

Em relação ao estudo de campo, consultou-se 21 firmas de móveis, das quais 11²¹ aceitaram participar da entrevista. A seleção das firmas ocorreu por meio de uma amostra aleatória, considerando algumas características dessa população, como tamanho e produto comercializado.

Segundo Gil²², a entrevista é a técnica de pesquisa que tem como objetivo a maior familiaridade com as informações a serem estudadas, tornando-as mais claras, uma vez que apresentam maior flexibilidade. Desse modo, as entrevistas deste artigo tiveram caráter estruturado, com base em uma relação fixa de perguntas, em que as respostas foram livres. As questões foram relacionadas a visão que as firmas possuem sobre a

proposta para ampliar a eficácia. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

²⁰ PERES, Wilson. The slow comeback of industrial policies: in Latin America and the Caribbean. *CEPAL Review*, Chile, n. 88, p. 67–83, abr. 2006.

²¹ Este valor corresponde a cerca de 6% das firmas de móveis, com grau de confiança de 80% e margem de erro de 19%. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. *RAIS Estabelecimento*. Brasília, 2019. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id/caged_rais_estabelecimento_basico_tab.php. Acesso em: 23 dez. 2020.

²² GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

influência das políticas públicas em suas atividades. Também, identificaram-se, na percepção das firmas, os fatores que afetam suas exportações. Por fim, apresentou-se a conclusão. Quanto aos procedimentos éticos para a condução das entrevistas, procurou-se respeitar o anonimato das firmas, substituindo os nomes dos entrevistados pela abreviação das unidades federativas brasileiras.

4 Políticas nacionais voltadas à fabricação de móveis

Durante a década de 1970, os países utilizaram as políticas industriais para organizar o crescimento da oferta doméstica e planejar sua estrutura produtiva. Segundo Peres²³, essa organização e planejamento seguiu três fatores: os interesses do setor privado foram arranjados em associações setoriais; os instrumentos de política pública foram estruturados em nível de setores; e as negociações comerciais internacionais produziram lista de preferências setoriais.

Especialmente no caso das associações setoriais, segundo Schneider²⁴, estas se organizando, fortalecem os empresários e criam um canal de negociação com o Estado. Assim, geram um equilíbrio entre setor e governo, haja vista que a ação pública visa proporcionar políticas que colaborem com o desenvolvimento da sociedade. Com isto, há interação entre todas as instituições e organizações²⁵, ocorrendo um estímulo às firmas. Dessa forma, quando o governo passa a incentivar alguns setores de atividades ou grupos econômicos mais do que outros, essas associações intervêm buscando igualdade. Por isso, a discussão e implementação de políticas setoriais torna-se mais transparente. Contudo, o autor destaca que há categorias empresariais fracas e fortes, gerando uma diferença no resultado das políticas. Para ele, uma associação forte elabora melhores opiniões, tem maior autoridade para obter resultados agregados e mais recursos para análise e divulgação técnica. Isto posto, pode-se dizer que os outros dois fatores apresentados por Peres²⁶ (instrumentos de política pública estruturados em nível de setores; e negociações comerciais internacionais produzem lista de preferências setoriais) são influenciados pelas associações setoriais, principalmente as mais fortes.

No Brasil, as competências das políticas públicas são distribuídas entre as esferas do governo. O cumprimento do seu planejamento está relacionado à estrutura formada pelo Estado. Assim, por exemplo, uma política industrial pode ser elaborada em nível nacional, e os estados e municípios cooperam em sua execução. Logo, as autoridades governamentais formam uma ação interativa, a partir das políticas, que corroboram para a formação de uma rede, a qual impacta o processo produtivo e a interação das firmas.

A competência do governo federal para a formulação e implementação de políticas industriais está descrita nos artigos 21, 22 e 24 da Constituição Federal de 1988. Cabe à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de organização territorial e de desenvolvimento econômico e social; legislar sobre câmbio, comércio exterior e interestadual, consumo, política de crédito, produção, seguros e transferência de valores²⁷.

²³ PERES, Wilson. The slow comeback of industrial policies: in Latin America and the Caribbean. *CEPAL Review*, Chile, n. 88, p. 67–83, abr. 2006.

²⁴ SCHNEIDER, Ben Ross. Democracy and varieties of civil society. In: SCHNEIDER, Ben Ross. *Business politics and the State in Twentieth-Century Latin America*. New York, N.Y.: Cambridge University Press, 2004. p. 241–261.

²⁵ As instituições são compostas de hábitos, leis, práticas, regras e/ou rotinas que regulam as relações e interações entre agentes, grupos e organizações. As organizações podem ser as firmas, fornecedores e clientes, e as não-firmas (universidades, organizações financeiras, agências governamentais, associações, sindicatos, entre outras). EDQUIST, Charles; JOHNSON, Björn. Institutions and organizations in systems of innovation. In: EDQUIST, Charles (org). *Systems of innovation: technologies, institutions, and organizations*. London: Pinter, 1997. p. 41–63.

²⁶ PERES, Wilson. The slow comeback of industrial policies: in Latin America and the Caribbean. *CEPAL Review*, Chile, n. 88, p. 67–83, abr. 2006.

²⁷ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Utilizando dessas competências, a partir de 2008, o governo criou a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), para incentivar todos os setores da economia, em função da diversidade da estrutura de produção do país, não fazendo escolhas de setores (medidas horizontais). Por outro lado, alguns incentivos foram específicos para determinados ramos de atividades, como o caso da indústria moveleira, que, nos últimos 25 anos, recebeu estímulo voltados à exportação²⁸. Na subseção seguinte, apresenta-se um programa de incentivo às exportações de móveis que durou três anos.

4.1 Programa de Incremento às Exportações de Móveis: PROMÓVEL

Criado em novembro de 1998, e implantado em março de 1999, com duração até dezembro de 2002, o Programa Brasileiro de Incremento à Exportação de Móveis (PROMÓVEL) surgiu a partir de uma iniciativa conjunta entre a Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (ABIMÓVEL), Governo Federal e organizações de classe regionais do setor moveleiro. Os órgãos públicos participantes do programa foram o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Agência de Promoção de Exportações (APEX)²⁹.

O programa tinha como objetivo aumentar a competitividade da indústria nacional de móveis por meio da melhoria nos índices de qualidade, produtividade e atendimento; capacitar as firmas para exportar a mercados selecionados (inicialmente para os Estados Unidos, haja vista ser o maior importador mundial de móveis, à época, e posteriormente Inglaterra [Reino Unido]); converter o modelo de exportação desta indústria para um modelo de maior valor agregado, baseado em *design* próprio, inserindo-a no mercado internacional e propiciando condições de competitividade e preparação para a globalização do setor; e incrementar as exportações.

Para que os objetivos do programa fossem atingidos, houve uma reestruturação empresarial que permitiu alavancar a competitividade, o fortalecimento e a melhoria nas funções das entidades de representação. Destaca-se que a proposta do programa era a capacitação do setor para competir no mercado externo e não realizar financiamentos e subsídios à exportação³⁰. Observa-se que o PROMÓVEL teve viés na inovação, pois buscou a diversificação de produtos, novos modos organizacionais e interação entre firmas e entidades representativas.

O programa teve dois caminhos básicos de trabalho a seguir: estruturar as firmas no sentido de capacitá-las para exportar; e aumentar as exportações para o mercado norte-americano. Para isso, o PROMÓVEL foi organizado em dezesseis projetos, distribuídos em três blocos: i) negócios (formação de consórcios³¹; *marketing* no exterior; mostra de móveis brasileiros em exposições internacionais; e pontos de negócios avançados no exterior), ii) cultura exportadora (desenvolvimento de *design*; estudos de mercados internacionais; missões empresariais; obtenção de *know-how* no exterior; criação de normas técnicas para a fabricação de móveis [ABNT/CB-15]³²; prospecção do mercado de móveis estadunidense; e selo verde), e iii) estruturação (adequação de plantas fabris; capacitação gerencial em exportação; ISO-9000 [International Organization for Standardization – Organização Internacional de Padronização, tradução nossa]; programa de gestão de qualidade e produtividade; e sensibilização ISO-14000)³³.

²⁸ ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Brasília: IPEA, 2009. Discussão n. 1452.

²⁹ PAMPLONA, P. P. *O modelo setorial integrado de internacionalização de empresas brasileiras – cadeias produtivas: o caso do PROMÓVEL*. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

³⁰ PAMPLONA, P. P. *O modelo setorial integrado de internacionalização de empresas brasileiras – cadeias produtivas: o caso do PROMÓVEL*. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

³¹ A meta era formar 50 consórcios compostos de 10 firmas cada, ao longo dos três anos do programa.

³² Em 6 de maio de 1968, por meio da reformulação do Estatuto da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), criaram-se 17 comitês brasileiros referentes a normas técnicas de alguns setores importantes da economia. Entre eles, o Comitê Brasileiro do Mobiliário, que é representado pela sigla CB-15. SILVA, Pedro Paulo Almeida. *Metrologia nas normas, normas na metrologia*. 2003. Dissertação (Mestrado em Metrologia) – Centro Técnico-Científico, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

³³ LINS, Hoyêdo Nunes; GUIMARÃES, Priscila Azevedo. *Promovendo exportações de móveis: aspectos da implementação do*

Ainda para viabilizar a execução do programa, a coordenação estratégica e operacional ficou sob a responsabilidade da ABIMÓVEL, que criou um grupo gestor. Este era composto pelos representantes da diretoria nacional da associação e pelas organizações regionais³⁴. Estas, em cada região, ficaram responsáveis pela implementação das ações junto às suas firmas.

Para a execução dos três anos do programa, disponibilizaram-se cerca de R\$ 10 milhões, sendo 50% desse investimento de responsabilidade da APEX, 25% das firmas do setor e 25% dos fornecedores. Esses recursos foram destinados para o financiamento de pesquisa e treinamento, buscando qualificar as firmas para o cumprimento das exigências básicas dos importadores. Com isso, a ideia era torná-las competitivas quanto ao custo e qualidade do produto, além de passarem a conhecer as demandas mercadológicas dos países selecionados³⁵. Após três anos de seu término, ele foi reeditado e surgiu um novo programa, que se mantém em execução atualmente, tratado na próxima subseção.

4.2 *Brazilian Furniture*, programa de incentivo às exportações moveleiras

Durante quase três anos, as exportações de móveis ficaram sem políticas de incentivo, até que, em junho de 2005, foi assinado um novo acordo de cooperação. Por iniciativa da ABIMÓVEL e da APEX, criou-se o *Brazilian Furniture*. O programa tem como meta central aumentar as exportações brasileiras de móveis, focando a qualidade e produtividade. Neste, procura-se manter a articulação entre os grupos de instituições e organizações para auxiliar a rede de firmas. Busca-se o seu desenvolvimento por meio da estruturação e capacitação para efetiva inserção no mercado internacional. Assim, as metas específicas são: aumentar a competitividade da indústria nacional moveleira; consolidar a imagem de credibilidade e qualidade do móvel produzido; e melhorar os índices de qualidade, produtividade e atendimento³⁶.

Para o desenvolvimento do programa, implementaram-se alguns projetos, como: comprador, vendedor, *design*, sustentabilidade e feiras internacionais.

O projeto comprador possibilita a relação entre produtores brasileiros de móveis, especificamente os participantes do *Brazilian Furniture*, com os compradores internacionais. Isso acontece, normalmente, nas feiras moveleiras por meio de rodadas de negócios que visam fomentar as exportações do setor.

O projeto vendedor é composto por rodadas de negócios entre firmas brasileiras de móveis e compradores estrangeiros realizadas na região geográfica dos compradores. Assim, são criadas oportunidades de negócio para os vendedores brasileiros. Geralmente, a definição de país comprador tem em vista a existência de um importante mercado local para a inclusão dos móveis nacionais.

PROMÓVEL no aglomerado moveleiro de São Bento do Sul (SC). *Revista de Economia*, Curitiba, v. 34, n. 3, p. 7-33, set./dez. 2008.

³⁴ Estas organizações são: Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul (MOVERGS), Entidade de Representação Empresarial da Indústria Moveleira no Paraná (SIMOV), Sindicato da Indústria do Mobiliário de Mirassol (SIMM), Sindicato da Indústria do Mobiliário de São Paulo (SINDIMOV), Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Bento do Sul (SINDUSMOBIL), Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Linhares e Região Norte (SINDIMOL), Sindicato das Indústrias de Móveis de Araçongas (SIMA), Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Bento Gonçalves (SINDMÓVEIS), Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Votuporanga (SINDIMOB), Sindicato das Indústrias do Mobiliário e Artefatos de Madeira do Estado de Minas Gerais (SINDIMOVMG), Sindicato das Indústrias do Mobiliário no Estado do Ceará (SINDMÓVEIS-CE), e Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá (INTERSIND). MURY, Luiz Gilberto Monclaro. *Análise das estratégias empresariais e das ações diplomáticas para inserção externa no período de 2001 a 2011: um estudo comparativo das indústrias moveleiras do Brasil e Alemanha*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

³⁵ ROESE, Mauro. Política industrial e de C&T regional: sistema de inovação regional? O caso da aglomeração moveleira de Bento Gonçalves/RS. *REAd*, Porto Alegre, v. 6, n. 4, jul./ago. 2000.

³⁶ MURY, Luiz Gilberto Monclaro. *Análise das estratégias empresariais e das ações diplomáticas para inserção externa no período de 2001 a 2011: um estudo comparativo das indústrias moveleiras do Brasil e Alemanha*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

No projeto *design*, há o desenvolvimento de ações que visam ao incremento e/ou utilização do *design* como diferenciação competitiva das firmas brasileiras de móveis.

O projeto sustentabilidade busca a formação de estratégias e ações de sustentabilidade nas firmas.

E, por fim, o projeto das feiras internacionais consolida-se como um ponto de encontro entre produtores de móveis e compradores. Esses eventos têm por objetivo gerar negócios, por meio de contato direto entre os interessados, promover a formação de *joint-ventures* e outras parcerias entre os envolvidos³⁷.

Dessa forma, o programa visa à agregação de valor ao *design* brasileiro de móveis e fortalecimento da imagem no mercado internacional. Para isso, selecionaram-se alguns países, sendo: África do Sul, Angola, Chile, Colômbia, Emirados Árabes, Estados Unidos, México, Peru e Rússia³⁸. Segundo Mury³⁹, a lista de países é alterada a cada dois anos, devido aos aspectos econômicos e comerciais dos países selecionados.

4.3 Resultados das duas políticas de exportação

Procurando mostrar a efetividade dos programas elencados anteriormente, dois caminhos foram utilizados. Inicialmente, apresentou-se a variação das exportações moveleiras dos países descritos nas duas políticas. Posteriormente, apresentaram-se os estados brasileiros que passaram a exportar ou aumentaram suas exportações após a implantação das políticas.

Na Tabela 1 e Gráfico 1⁴⁰ expõem-se os destinos das exportações brasileiras a partir de 1998, apresentando os países selecionados inicialmente nos dois programas, conforme as subseções 4.1 e 4.2. No ano de 2009, houve uma diminuição nas exportações, devido à crise financeira no final de 2008, ocasião em que ocorreu a bolha imobiliária Americana e a queda nas bolsas mundiais, afetando os países.

Tabela 1 – Destinos das exportações brasileiras de móveis (em US\$ mil)

PAÍSES	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estados												
Unidos	66.708	90.690	114.522	154.046	237.801	264.552	371.076	391.352	297.942	245.740	159.699	94.094
Reino												
Unido	31.316	34.160	37.872	39.150	45.792	61.308	92.711	75.033	86.517	78.870	72.445	71.663
Chile	3.173	3.012	6.108	6.289	10.891	14.413	25.740	31.065	40.623	42.326	44.502	25.461
Angola	1.286	317	438	1.409	2.594	2.924	9.584	13.679	32.613	43.922	72.273	54.911
Emirados												
Árabes	1.225	992	563	416	825	3.000	5.149	7.302	7.139	4.766	4.195	1.112
México	397	1.523	3.520	4.493	5.919	8.926	14.522	15.548	15.840	16.564	13.226	6.719
Peru	366	359	389	607	1.667	2.370	3.355	4.626	6.442	9.190	15.366	10.293
Colômbia	75	625	487	1.055	168	492	911	1.877	2.697	6.084	7.340	4.815
África do												
Sul	74	381	783	913	403	979	2.263	4.470	4.567	7.270	6.905	6.444
Rússia	15	8	2	54	20	56	77	208	312	410	461	251
Outros	231.460	251.649	316.752	267.105	226.215	302.166	414.031	447.985	452.105	518.793	556.888	406.405
TOTAL	336.095	383.714	481.436	475.538	532.295	661.187	939.417	993.145	946.798	973.936	953.299	682.168

³⁷ BRAZILIAN FURNITURE. *Histórico do Projeto*. [2020]. Disponível em: <http://www.brazilianfurniture.org.br/conteudo/detalhe/3/brazilian-furniture>. Acesso em: 18 mar. 2020.

³⁸ LEAL, Érika de Andrade Silva; RODRIGUES, Felipe Thomes; FERREIRA, Raini; FAVALESSA, Paula. Programas de apoio à competitividade da indústria moveleira no Brasil. *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, out. 2013.

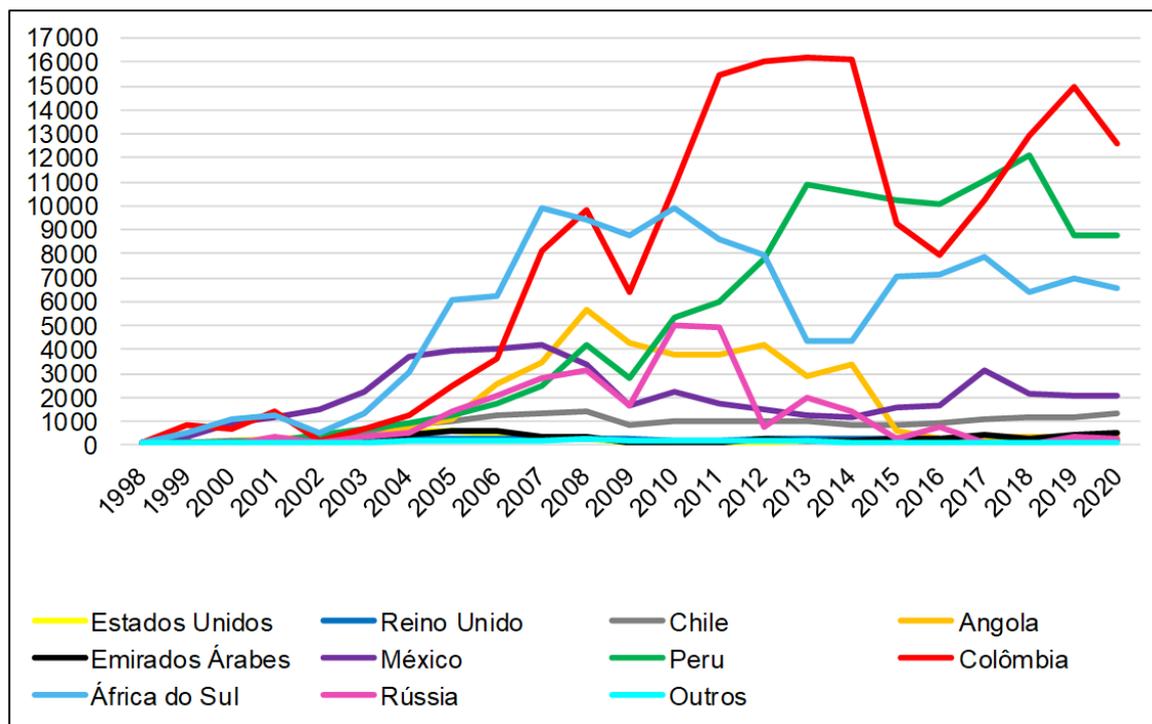
³⁹ MURY, Luiz Gilberto Monclaro. *Análise das estratégias empresariais e das ações diplomáticas para inserção externa no período de 2001 a 2011: um estudo comparativo das indústrias moveleiras do Brasil e Alemanha*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

⁴⁰ Conversão dos dados dos países em números índices na base 100, focando no ritmo de variação.

PAÍSES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TCAC ⁴¹
Estados												
Estados Unidos	85.215	82.513	89.535	98.191	114.319	126.394	137.580	168.520	214.313	239.882	269.540	6,55%
Reino Unido												
Unido	69.701	66.965	75.390	78.989	95.151	90.526	80.909	70.771	69.517	65.669	54.581	2,56%
Chile	30.779	32.380	31.247	32.638	27.324	25.547	28.552	33.377	36.304	37.421	42.209	12,48%
Angola	48.417	48.145	54.144	37.507	42.963	7.378	3.717	4.798	4.896	4.344	3.173	4,19%
Emirados												
Árabes	682	1.697	3.046	1.836	1.871	2.894	3.289	5.605	3.371	4.814	5.825	7,34%
México	8.707	6.837	5.931	4.821	4.675	6.179	6.497	12.285	8.399	8.037	8.195	14,75%
Peru	19.636	21.889	28.430	39.837	38.543	37.394	36.972	40.441	44.522	32.244	32.188	22,56%
Colômbia	8.092	11.595	12.036	12.124	12.092	6.927	5.979	7.673	9.684	11.242	9.457	24,59%
África do Sul												
Sul	7.325	6.359	5.858	3.190	3.185	5.191	5.266	5.781	4.714	5.136	4.826	20,94%
Rússia	740	733	112	291	211	40	114	19	3	48	43	4,99%
Outros	468.641	439.029	390.101	365.752	325.139	270.930	273.849	274.004	297.744	282.104	247.031	0,30%
TOTAL	747.935	718.140	695.830	675.176	665.473	579.401	582.724	623.273	693.466	690.940	677.069	3,23%

Fonte: adaptada de SISCOMEX⁴².

Gráfico 1 – Evolução relativa dos destinos das exportações brasileiras de móveis



Fonte: o autor, com base nos dados do SISCOMEX⁴³.

A Colômbia é o país que apresenta a maior TCAC (Tabela 1) entre os países selecionados. Observa-se, no Gráfico 1, que houve picos de exportação deste país entre os anos de 2011 a 2014. Esse período de máxima é explicado pelo aumento na venda de móveis de metal, exceto os de escritórios. O Reino Unido é

⁴¹ A Taxa de Crescimento Anual Composta (TCAC), originalmente conhecida como Compound Annual Growth Rate (CAGR), é utilizada para mostrar o crescimento anual média ao longo de um determinado período, por meio da variação de diversos anos. Sua fórmula é representada por $TCAC = (\text{valor final}/\text{valor inicial})^{1/n} - 1$, a qual n = número de períodos.

⁴² BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comex Stat. *Exportação e Importação Geral*. Brasília, 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁴³ BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comex Stat. *Exportação e Importação Geral*. Brasília, 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 13 fev. 2021.

o país que traz a TCAC com menor crescimento. Seu principal produto importado é os móveis de madeira utilizados em quartos de dormir. Os Estados Unidos se mantêm como o principal destino das exportações brasileiras de móveis durante o período exposto. Em 1998, os principais produtos importados pelos norte-americanos foram partes e outros móveis de madeira (exceto de escritórios, cozinhas e quartos de dormir). Porém, ao longo dos anos, houve alteração, passando a importar quartos para dormir de madeira em 2020.

Outra informação que corrobora o efeito das políticas são a inclusão ou aumento dos estados nas exportações moveleiras. Segundo as informações da Tabela 2, alguns estados passaram a exportar móveis depois da implantação dos programas, como Bahia e Piauí (1999); Acre (2000); Alagoas (2003); e Tocantins (2007).

Tabela 2 – Exportadores brasileiros de móveis (em US\$ mil)

ESTADOS	(continua)												
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Santa Catarina	190.690,6	158.590,0	191.608,8	223.350,1	225.415,4	283.759,8	330.540,7	426.439,0	432.954,0	357.888,9	355.203,0	310.705,1	244.869,1
Rio Grande													
Sul	92.067,1	101.137,0	118.691,5	157.596,5	148.649,5	143.984,2	180.644,2	276.346,5	270.396,1	266.633,3	283.864,0	283.523,1	196.730,1
São Paulo	31.394,2	30.593,2	29.313,7	37.659,1	35.415,7	25.255,6	39.802,4	67.644,6	87.406,4	106.531,9	117.118,4	146.225,5	97.534,6
Paraná	27.468,9	22.547,6	31.605,5	45.828,0	42.436,0	43.731,6	60.403,0	91.690,2	91.723,0	104.753,6	110.450,0	126.846,7	86.396,5
Minas Gerais	17.953,2	14.712,2	6.070,2	9.282,4	10.797,1	7.359,6	5.140,8	7.558,5	11.190,4	16.435,2	18.735,6	18.403,9	15.033,6
Pará	2.307,6	2.469,1	2.212,4	2.831,6	1.534,6	1.391,1	1.913,4	3.907,5	3.308,1	2.372,8	2.686,0	2.579,1	1.654,1
Rio de Janeiro	1.121,9	1.356,1	940,6	1.092,2	1.369,5	1.345,6	1.807,2	2.730,5	2.527,7	1.815,7	1.782,2	2.441,4	2.101,3
Espírito Santo	128,0	198,5	333,7	601,5	565,6	1.437,4	3.392,0	5.860,9	6.426,0	7.431,5	4.121,8	1.572,9	1.271,7
Pernambuco	111,1	210,0	7,6	58,9	65,0	31,3	154,7	734,7	1.044,6	1.122,2	1.466,3	2.044,3	1.519,9
Distrito													
Federal	107,7	0,0	73,3	0,1	1,1	17,6	0,1	21,5	0,0	3,7	1,6	13,2	0,0
Mato Grosso	91,4	93,3	91,8	50,0	175,1	99,9	34,1	143,2	596,9	490,0	1.496,1	467,9	599,6
Maranhão	30,2	55,3	88,7	1.066,8	177,5	1.976,5	2.983,6	4.320,2	3.987,7	565,1	0,8	76,0	0,0
Ceará	27,0	233,5	504,4	688,8	952,0	1.162,4	2.285,5	3.063,2	4.429,6	3.562,5	4.203,6	3.883,5	2.672,5
Rondônia	21,0	44,3	36,6	1,2	28,6	0,0	43,3	164,1	16,9	11,4	2,9	50,2	34,7
Rio Grande													
Norte	12,0	32,2	32,3	44,6	16,1	29,4	99,7	66,2	96,1	33,7	83,7	0,0	0,2
Paraíba	1,1	0,1	21,2	0,4	1,5	1,8	3,2	2,2	0,2	6,9	0,0	0,0	0,1
Goiás	1,0	1,3	14,9	32,0	0,6	3,5	1,8	192,3	2.988,0	877,2	642,8	168,2	103,7
Amazonas	0,5	0,0	34,3	99,0	463,4	326,5	189,4	324,4	142,6	4,5	23,6	0,5	1,0
Mato Grosso													
Sul	0,3	100,6	62,8	510,7	651,0	675,0	1.765,0	1.808,6	1.442,4	669,1	33,5	103,1	422,3
Roraima	0,1	0,0	0,0	0,0	9,4	25,1	1,8	1,2	9,8	0,3	0,0	0,0	0,2
Amapá	0,0	10,3	1,0	0,0	0,0	31,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sergipe	0,0	0,7	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	1,4	5,2	0,0	0,0	7,3
Piauí	0,0	0,0	51,7	9,0	0,0	0,6	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Bahia	0,0	0,0	10,7	1,8	5.832,1	17.914,6	28.902,4	45.323,0	68.256,6	71.496,6	65.553,4	42.765,4	8.870,1
Acre	0,0	0,0	0,0	88,7	79,3	21,4	145,1	12,9	2,6	4,3	2,3	0,0	2,7
Alagoas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	13,2	20,2	16,8	4,7	12,9	13,2
Tocantins	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	23,7	0,0	0,0
Outros ⁴⁴	401,5	3.709,1	1.905,6	542,2	901,5	1.712,7	931,6	1.048,4	4.175,4	4.065,6	6.436,6	11.416,4	22.330,0
TOTAL	363.936,4	336.094,6	383.713,6	481.435,6	475.537,7	532.294,7	661.187,5	939.417,0	993.144,9	946.797,6	973.936,4	953.299,4	682.168,3
Aglo. Arapongas ⁴⁵	1.046,4	1.417,9	5.170,6	9.935,5	9.870,1	12.176,6	22.633,6	34.731,8	31.739,6	34.183,3	43.088,6	49.623,8	33.826,7
Partic.Aglo/													
Paraná	3,81%	6,29%	16,36%	21,68%	23,26%	27,84%	37,47%	37,88%	34,60%	32,63%	39,01%	39,12%	39,15%
Partic.Aglo/													
Brasil	0,29%	0,43%	1,35%	2,07%	2,08%	2,29%	3,43%	3,70%	3,21%	3,63%	4,45%	5,27%	5,13%

Tabela 2 – Exportadores brasileiros de móveis (em US\$ mil)

⁴⁴ Refere-se à mercadoria nacionalizada, não declarada, reexportação e zona não declarada.

⁴⁵ Aglomerado moveleiro centrado em Arapongas envolve os municípios de Apucarana, Califórnia, Cambé, Cambira, Jandaia do Sul, Londrina, Mandaguari, Marialva, Maringá, Rolândia, Sabáudia e Sarandi. REDE APL. PARANÁ. *Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Móveis da Região de Arapongas-PR*. jan. 2006.

												(conclusão)
ESTADOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TCAC
Santa Catarina	250.727,6	190.965,6	181.207,2	178.531,2	197.012,4	198.683,3	202.817,0	225.790,8	271.534,6	274.620,5	273.911,6	1,59%
Rio Grande												
do Sul	206.102,5	198.856,2	201.611,9	209.876,0	215.881,6	182.338,0	177.637,4	186.382,9	199.680,6	197.508,5	178.107,0	2,91%
São Paulo	118.696,7	123.633,5	119.599,5	96.986,8	90.214,2	60.181,4	72.077,1	70.815,4	86.602,2	88.431,8	96.541,4	5,01%
Paraná	114.835,6	124.371,5	117.341,0	117.202,9	94.615,5	82.241,8	77.278,7	92.985,3	92.443,3	94.694,7	98.148,8	5,69%
Minas Gerais	26.877,1	48.159,5	49.033,6	48.435,0	46.065,5	30.309,9	28.214,9	20.722,7	21.662,7	18.002,5	13.527,4	-1,22%
Pará	1.589,9	1.371,8	1.585,7	924,0	1.734,1	1.117,7	1.398,4	929,8	986,0	1.264,1	1.745,7	-1,21%
Rio de Janeiro	2.463,6	1.346,2	1.093,7	893,5	520,2	299,7	882,5	1.881,7	953,2	1.361,9	2.384,1	3,33%
Espírito Santo	1.235,9	902,5	497,8	155,9	1.771,4	7.041,8	4.794,6	4.309,2	3.528,3	3.546,6	3.818,0	15,91%
Pernambuco	2.447,0	3.360,2	2.760,1	2.334,1	2.395,3	2.298,0	2.182,0	2.772,5	4.385,2	4.091,5	2.713,8	14,91%
Distrito												
Federal	1,0	1,3	683,8	233,4	6,7	1,9	53,5	48,4	0,4	0,5	17,0	-7,71%
Mato Grosso	574,5	591,1	524,6	595,9	934,5	877,7	1.053,7	1.096,9	853,1	538,3	545,7	8,08%
Maranhão	0,0	0,0	83,9	0,0	0,0	120,4	0,0	0,0	0,0	1,1	0,6	-15,94%
Ceará	1.630,1	1.663,8	1.960,7	1.497,4	1.097,8	487,5	519,8	352,7	432,3	433,4	340,5	11,64%
Rondônia	52,8	167,9	220,9	315,4	554,1	744,4	786,2	935,1	774,5	1.079,3	858,7	17,51%
Rio Grande												
do Norte	4,0	10,9	0,0	4,2	4,1	20,9	0,3	1,3	0,0	0,0	0,0	-100,00%
Paraíba	59,0	53,8	0,0	0,0	18,3	0,0	0,0	0,8	11,5	15,6	6,3	7,75%
Goiás	767,3	227,0	36,4	31,7	5,0	108,1	316,6	1.357,8	284,6	97,6	526,0	31,58%
Amazonas	2,0	0,3	42,1	20,7	12,0	0,0	101,0	7,8	0,1	10,1	1,5	5,13%
Mato Grosso												
do Sul	656,8	597,5	669,9	842,1	1.024,1	1.058,7	652,6	30,4	222,8	307,4	327,5	35,75%
Roraima	0,0	0,9	1,4	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,4	12,5	16,3	27,60%
Amapá	0,0	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,3	6,2	-2,24%
Sergipe	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,8	0,5	0,0	-12,39%
Piauí	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,00%
Bahia	10.999,7	15.061,9	7.784,1	609,8	2.227,4	1.999,7	2.701,0	5.319,5	5.201,4	4.911,6	3.476,7	31,73%
Acre	53,8	0,0	0,0	5,7	16,5	10,1	84,2	5,6	23,9	8,8	41,5	-3,72%
Alagoas	15,4	2,7	2,1	0,0	5,3	0,0	36,0	58,0	9,4	6,3	7,0	6,47%
Tocantins	5,7	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,00%
Outros	8.136,7	6.794,5	9.086,9	15.679,2	9.357,0	9.448,1	9.137,0	7.467,3	3.855,5	0,0	0,0	-100,00%
TOTAL	747.934,6	718.140,3	695.830,0	675.176,3	665.472,8	579.391,9	582.724,4	623.272,6	693.468,8	690.945,3	677.069,2	2,74%
Aglo. Ara-												
pongas	48.557,8	53.928,4	54.343,6	55.998,0	47.135,2	37.468,7	39.537,9	52.159,4	53.770,9	54.356,3	52.822,9	18,59%
Partic. Aglo./												
Paraná	42,28%	43,36%	46,31%	47,78%	49,82%	45,56%	51,16%	56,09%	58,17%	57,40%	53,82%	12,20%
Partic. Aglo./												
Brasil	6,56%	7,58%	7,91%	8,49%	7,18%	6,57%	6,89%	8,47%	7,80%	7,87%	7,80%	15,43%

Fonte: adaptada de SISCOMEX⁴⁶.

Observa-se, pela Tabela 2, que a Bahia, além de passar a exportar móveis, também teve uma grande evolução ao longo dos anos, posicionando-se como o sétimo maior estado exportador de móveis do país no ano de 2020.

Além dos estados que passaram a exportar a partir dos programas, destacam-se outros que aumentaram as exportações ao longo dos anos estudados, como Mato Grosso do Sul, Goiás e Roraima, os quais apresentaram a maior TCAC, respectivamente.

Outra informação da Tabela 2 são os dados sobre exportação do aglomerado moveleiro de Arapongas que demonstra ter obtido uma significativa evolução a partir de 1999. Seu percentual de participação no Paraná e no Brasil aumentou ao longo dos anos. Em 2020, ultrapassou os 50% e 7%, respectivamente.

⁴⁶ O site disponibiliza informações de exportação a partir de 1997. BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comex Stat. *Exportação e Importação Geral*. Brasília, 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 13 fev. 2021. / BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comex Stat. *Exportação e Importação Municípios*. Brasília, 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Acesso em: 13 fev. 2021.

Observa-se que sua TCAC foi três vezes maior do que a do Paraná (escrito em azul) e seis vezes maior do que a do Brasil (TOTAL), corroborando o avanço na sua participação (%) em ambos os casos.

Portanto, com os dados apresentados, verifica-se um crescimento nas exportações moveleiras em, aproximadamente, 50% dos estados após o PROMÓVEL (1999, escrito em vermelho) e o *Brazilian Furniture* (2005, escrito em vermelho). No caso do aglomerado, constata-se um crescimento efetivo imediatamente no ano do primeiro projeto, em 1999. No caso do segundo, não é observado um incremento instantâneo no mesmo ano de sua implantação, 2005, ocorrendo somente após, no ano de 2007.

4.4 Visão das firmas moveleiras do aglomerado de Arapongas: políticas públicas e exportação

Nesta subseção analisa-se a percepção das firmas quanto à ação das políticas públicas no aglomerado moveleiro de Arapongas. Também são apresentados os fatores que contribuem para exportação das firmas, segundo suas visões, procurando-se identificar elos entre suas respostas e as políticas públicas.

4.4.1 Influência das políticas públicas

As políticas públicas podem influenciar a indústria moveleira de várias formas, impactando em seu funcionamento. No Quadro 1, expõem-se várias informações, dentre as quais, segundo as firmas, as políticas tributárias apresentam a maior interferência em suas atividades.

Quadro 1 – Influência das políticas públicas nas firmas

FIRMA	DESCRIÇÃO
AC	Atrapalham, pois se cobra muito imposto, dificultando as atividades
AM	Atraindo firmas para o município, com doação de terrenos e/ou isenção de impostos
AP	Nos impostos, pois se cobra um valor elevado, repassando para o preço do produto
BA	Fortalecimento do Arranjo Produtivo Local (APL), apoio à exportação e inovação
DF	Nos impostos, pois o governo poderia reduzir o valor cobrado, haja vista a firma ter de repassar ao preço dos produtos
ES	Nos tributos, pois são muito elevados, impactando no preço do produto Existência de muitas normas Serviços públicos demorados, atrasando as atividades da firma
GO	Diretamente nos resultados e na maneira como é conduzida a firma
PI	Ofertando crédito com juros menores, contribuem para os investimentos, principalmente, em inovação
RR	Tributação complexa
SE	Valor dos impostos impacta diretamente no custo dos produtos
TO	Política tributária muito complexa

Fonte: o autor (2020).

Observam-se algumas particularidades. Políticas públicas que atraem firmas para determinadas regiões podem gerar empregos⁴⁷. Os formuladores de políticas não falam a mesma língua da indústria, dificultando a implementação das políticas⁴⁸. Excesso de legislação atrapalha o desenvolvimento das atividades. Por exemplo, para cumprir as normas técnicas, é necessário ter funcionários especializados para elaborar laudos, implicando maiores custos⁴⁹. Quando as políticas são incertas (imprecisas, incompreensíveis, duvidosas,

⁴⁷ AM. *Entrevista firma 2*. Arapongas, jun. 2020.

⁴⁸ BA. *Entrevista firma 1*. Arapongas, abr. 2020.

⁴⁹ ES. *Entrevista firma 9*. Arapongas, jun. 2020.

complexas), não passam credibilidade à sociedade. Há um impacto negativo nas vendas, diminuição da produção, aumento do desemprego, entre outros fatores⁵⁰.

Para sete firmas, as políticas tributárias impactam suas atividades, refletindo no preço do produto, ou seja, há uma carga elevada de tributos, que se torna custo, que é repassado ao valor final. Além disso, verifica-se que as firmas não visualizam a possibilidade da atuação do governo como um agente que promova a atividade produtiva. Isto é, falta interação entre indústria e governo, pois este tem ferramentas para formular e implementar políticas que equalizem a cobrança de impostos, assim como mecanismos para incentivar o desenvolvimento do processo produtivo. Ademais, percebe-se um baixo aproveitamento da indústria na busca de relação com o governo.

Isto pode ser constatado pela percepção que as firmas de móveis de Arapongas têm quanto ao papel do governo nas exportações. Apesar de os dois programas existentes nos últimos 25 anos, verifica-se que estes não são fatores de influência nas firmas (Quadro 1). A subseção seguinte deixa isto mais claro.

4.4.2 Exportações do aglomerado: fatores que influenciam

As informações desta subseção trazem os fatores que, segundo as firmas moveleiras do aglomerado de Arapongas, influenciam suas exportações (Quadro 2). Verifica-se distintos dados. Porém, apenas uma firma destacou as políticas públicas como fator, especificamente, os incentivos fiscais. Ou seja, a ação do governo (os dois programas apresentados anteriormente) não tem sido considerada relevante como um elemento que contribua com suas exportações, apesar dos números da Tabela 2 mostrarem um crescimento, principalmente, a partir do primeiro projeto.

Quadro 2 – Fatores que contribuem com as exportações das firmas

FIRMA	DESCRIÇÃO
AM	Preço competitivo, produto de qualidade, taxa de câmbio
AP	Produto de qualidade, taxa de câmbio
BA	Competitividade no mercado interno, taxa de câmbio
DF	Baixo custo da matéria-prima, alto nível de produtividade, taxa de câmbio
GO	Alto nível de produtividade, taxa de câmbio
PI	Busca por diversificação de mercado
RR	Cultura exportadora, taxa de câmbio
SE	Taxa de câmbio
TO	Competitividade no mercado interno, incentivos fiscais
AC	-
ES	-

Fonte: o autor (2020).

Os clientes, mercado e produto são indicadores de competitividade interna, sendo utilizados também para o mercado externo⁵¹. A diversificação do mercado, por meio das exportações, é uma forma de diminuir a dependência do mercado interno⁵². Segundo Fauth e Sperotto⁵³, os fatores ou vantagens que contribuem para as exportações das firmas são: baixo custo da mão de obra e das matérias-primas, nível de produtividade e taxa de câmbio. Das nove firmas exportadoras, sete indicaram a taxa de câmbio, duas o alto nível de produtividade e uma o baixo custo da matéria-prima. Observa-se que para oito firmas, as influências estão em

⁵⁰ GO. *Entrevista firma 8*. Arapongas, jun. 2020.

⁵¹ BA. *Entrevista firma 1*. Arapongas, abr. 2020. / TO. *Entrevista firma 4*. Arapongas, jun. 2020.

⁵² PI. *Entrevista firma 10*. Arapongas, jun. 2020.

⁵³ FAUTH, Elvin Maria; SPEROTTO, Fernanda Queiroz. *A aglomeração produtiva de móveis no Corede Serra*. Relatório I. Porto Alegre: FEE, 2013.

fatores exógenos, havendo interferência de variações do câmbio, principalmente. Além das externalidades, oito firmas também apontaram influências de fatores endógenos, como competitividade e produtividade.

5 Considerações finais

O objetivo do artigo foi analisar a influência das políticas públicas de exportação voltadas à indústria moveleira, especialmente, no aglomerado de Araçatuba. Primeiramente, apresentou-se a fundamentação teórica referente às políticas industriais, setores e de incentivo às exportações. Posteriormente, realizou-se um estudo de campo abordando a percepção das firmas sobre a atuação do governo e os fatores que impactam suas exportações.

O governo é um agente que colabora com a indústria por meio da formulação e implementação de políticas. Estas podem ser abrangentes ou setoriais. No caso da indústria moveleira, nos últimos 25 anos, houve um número limitado de políticas (dois programas). Logo, pode-se dizer que há um distanciamento entre o desenvolvimento de políticas e esta indústria, pois percebe-se uma interação distante entre governo e setor.

Contudo, a discussão inicial do artigo mostrou que o primeiro programa (PROMÓVEL) teve uma grande influência nos destinos das exportações de móveis brasileiros, pois, entre os anos de 1998 e 1999, houve um crescimento no volume exportado, principalmente para a Colômbia (733,33%), África do Sul (414,86%) e México (283,63%). No caso do segundo programa (*Brazilian Furniture*), o principal crescimento nas exportações entre 2004 e 2005 foi para Rússia (170,13%), Colômbia (106,04%) e África do Sul (97,53%).

Na sequência, analisou-se a influência nas exportações moveleiras brasileiras. No caso do aglomerado de Araçatuba, observou-se que o primeiro programa (PROMÓVEL) teve uma grande influência, pois, entre os anos de 1998 e 1999, houve um crescimento de 264,66% nas exportações. Porém, as entrevistas mostraram que as duas políticas públicas de exportações existentes, nos últimos 25 anos, não são vistas pelas onze firmas de móveis entrevistadas como fatores que interferem em suas exportações. Além disso, sete firmas entendem que a maior influência das políticas está na tributação, impactando em suas atividades.

Portanto, verifica-se que houve um crescimento no volume de exportação para os países selecionados pelos programas ao longo do período de 1998 a 2020. Ademais, percebeu-se que as duas políticas públicas incluíram alguns estados nas exportações moveleiras nacionais, assim como elevaram as exportações de outros. Contudo, ao longo do período estudado, houve estados que apresentaram crescimento no volume de exportações e outros queda. Logo, as políticas públicas influenciaram as exportações da indústria moveleira, mas não foram suficientes para manter um processo contínuo de crescimento em todos os estados, assim como ocorreu no aglomerado de Araçatuba, apesar das variações.

Referências

AC. *Entrevista firma 3*. Araçatuba, jun. 2020.

ALMEIDA, Julio Gomes de. *A política de desenvolvimento industrial: o que é e o que representa para o Brasil*. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI, 2002.

ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Brasília: IPEA, 2009. Discussão n. 1452.

AM. *Entrevista firma 2*. Araçatuba, jun. 2020.

AP. *Entrevista firma 6*. Araçatuba, jun. 2020.

- BA. *Entrevista firma 1*. Arapongas, abr. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comex Stat. *Exportação e Importação Geral*. Brasília, 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comex Stat. *Exportação e Importação Municípios*. Brasília, 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- BRAZILIAN FURNITURE. *Histórico do Projeto*. [2020]. Disponível em: <http://www.brazilianfurniture.org.br/conteudo/detalhe/3/brazilian-furniture>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira; CARVALHO, Renata Baleixo da Silva Cutrim. Política industrial de inovações tecnológicas em um ambiente de competitividade sistêmica. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 3, n. 1, jan./jun. 2014.
- CHANG, Ha-Joon. The East Asian model of economic policy. In: CHANG, Ha-Joon. *The East Asian development experience: the miracle, the crisis and the future*. London: Zed Books, 2006. p. 13-68.
- CORONEL, Daniel Arruda; AZEVEDO, André Filipe Zago de; CAMPOS, Antônio Carlos. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 103-119, jan./mar. 2014.
- DF. *Entrevista firma 7*. Arapongas, jun. 2020.
- EDQUIST, Charles; JOHNSON, Björn. Institutions and organizations in systems of innovation. In: EDQUIST, Charles (org.). *Systems of innovation: technologies, institutions, and organizations*. London: Pinter, 1997. p. 41-63.
- ES. *Entrevista firma 9*. Arapongas, jun. 2020.
- FAUTH, Elvin Maria; SPEROTTO, Fernanda Queiroz. *A aglomeração produtiva de móveis no Corede Serra*. Relatório I. Porto Alegre: FEE, 2013.
- GADELHA, Carlos Augusto Grabois. Política industrial, desenvolvimento e os grandes desafios nacionais. In: LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; LAPLANE, Gabriela; SARTI, Fernando. (org.). *O futuro do desenvolvimento: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho*. Campinas, SP: UNICAMP, 2016. p. 233-270.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GO. *Entrevista firma 8*. Arapongas, jun. 2020.
- IEMI. *Brasil móveis 2020: Relatório setorial da indústria de móveis no Brasil*. São Paulo: IEMI, 2020.
- KUPFER, David. Política industrial. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 91-108, dez. 2003.
- LEAL, Érika de Andrade Silva; RODRIGUES, Felipe Thomes; FERREIRA, Raini; FAVALESSA, Paula. Programas de apoio à competitividade da indústria moveleira no Brasil. *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, out. 2013.
- LINS, Hoyêdo Nunes; GUIMARÃES, Priscila Azevedo. Promovendo exportações de móveis: aspectos da implementação do PROMÓVEL no aglomerado moveleiro de São Bento do Sul (SC). *Revista de Economia*, Curitiba, v. 34, n. 3, p. 7-33, set./dez. 2008.
- MARTINS, Michelle Márcia Viana; MENDES, Chrystian Soares. Eficiência das políticas de inovação nos setores industriais brasileiros: sugestões para a crise da COVID-19. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 11, n. 1. p. 143-167, abr. 2021.

MELO, Tatiana Massaroli; FUCIDJI, José Ricardo; POSSAS, Mario Luiz. Política industrial como política de inovação: notas sobre hiato tecnológico, políticas, recursos e atividades inovativas no Brasil. *Revista Brasileira de Inovação*, Campinas, v. 14, n. esp., p. 11-36, jul. 2015.

MURY, Luiz Gilberto Monclaro. *Análise das estratégias empresariais e das ações diplomáticas para inserção externa no período de 2001 a 2011: um estudo comparativo das indústrias moveleiras do Brasil e Alemanha*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PAMPLONA, P. P. *O modelo setorial integrado de internacionalização de empresas brasileiras – cadeias produtivas: o caso do PROMÓVEL*. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PERES, Wilson. The slow comeback of industrial policies: in Latin America and the Caribbean. *CEPAL Review*, Chile, n. 88, p. 67–83, abr. 2006.

PI. *Entrevista firma 10*. Arapongas, jun. 2020.

REDE APL PARANÁ. *Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Móveis da Região de Arapongas-PR*. jan. 2006.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. *RAIS Estabelecimento*. Brasília, 2019. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id/caged_rais_estabelecimento_basico_tab.php. Acesso em: 23 dez. 2020.

ROESE, Mauro. Política industrial e de C&T regional: sistema de inovação regionais? O caso da aglomeração moveleira de Bento Gonçalves/RS. *REAd*, Porto Alegre, v. 6, n. 4, jul./ago. 2000.

RR. *Entrevista firma 5*. Arapongas, jun. 2020.

SCHAPIRO, Mario Gomes. *Ativismo estatal e industrialismo defensivo: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Discussão n. 1856.

SCHAPIRO, Mario Gomes. Política industrial, direito e desenvolvimento: razões econômicas, experiências institucionais e racionalidades regulatórias. In: SCHAPIRO, Mario Gomes (coord.). *Direito econômico regulatório*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHNEIDER, Ben Ross. Democracy and varieties of civil society. In: SCHNEIDER, Ben Ross. *Business politics and the State in Twentieth-Century Latin America*. New York, N.Y: Cambridge University Press, 2004. p. 241-261.

SE. *Entrevista firma 11*. Arapongas, jun. 2020.

SECCHI, Leonardo. Introdução: percebendo as políticas públicas. In: SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. p. 1-21.

SILVA, Pedro Paulo Almeida. *Metrologia nas normas, normas na metrologia*. 2003. Dissertação (Mestrado em Metrologia) – Centro Técnico-Científico, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SOUSA, Graciele de Fátima; BOTELHO, Marisa dos Reis A. Política industrial e evolução das exportações das empresas de pequeno porte brasileiras nos anos 2000. *Planejamento e políticas públicas*, Rio de Janeiro, n. 45, jul./dez. 2015.

STIVAL, Daphne Domingues. *Política setorial de meio ambiente e o projeto cerrado sustentável no Estado de Goiás (2010-2014): uma proposta para ampliar a eficácia*. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política industrial e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr./jun. 2006.

TO. *Entrevista firma 4*. Arapongas, jun. 2020.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.